

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores do Brasil ("B3"), classificada na categoria Novo Mercado de Governança Corporativa, com ações negociadas sob o código **ATMP3**. A sede social da Companhia está localizada na Rua Alegria, 88/96, 2º andar, Parte A, bairro Brás, na Capital do Estado de São Paulo.

A ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, (descrita adiante como "ATMA", "controladora" ou "Companhia") é a empresa holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de (i) Manutenção Industrial e *Facilities*, (ii) Atendimento a Clientes (*contact center e trade marketing*) e (iii) Tecnologia da Informação.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia contava com aproximadamente 15.390 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil, propiciando um ambiente de trabalho favorável ao crescimento profissional e à diversidade, sendo um dos seus principais pilares a inclusão e a responsabilidade social.

O quadro a seguir apresenta as participações societárias da Companhia nas suas controladas para os períodos/exercícios de 2022 e 2021:

	% Participação direta ou indireta	
	2022	2021
Contax S.A.(1)	100%	100%
Axia Manutenção S.A.(2)	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
ATMA Administração Financeira Ltda.	100%	100%

(1) Anteriormente denominada Liq Corp S.A.

(2) Anteriormente denominada Elfe Operação e Manutenção S.A.

Em 2022, a ATMA, para o cenário de curto prazo, segue com foco na melhoria de rentabilidade de suas operações através de: (1) composição de carteira de clientes e serviços de maior retorno para a Companhia; (2) otimização de custos diretos e indiretos; e (3) otimização de sua estrutura de despesas gerais e mão de obra indireta. No que se refere aos resultados financeiros, a Companhia seguirá trabalhando de forma conjunta com seus credores e investidores para promover o ajuste em sua estrutura de capital.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

1.1. Incerteza relevante sobre continuidade operacional

A Administração considera que a situação patrimonial e financeira é um assunto relevante no contexto das informações contábeis intermediárias do Grupo ATMA.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia acumula um prejuízo de R\$ 1.484.304 (R\$ 1.053.910 em 31 de dezembro de 2021), incorreu em prejuízo no período de R\$ 430.394 (R\$ 92.149 no exercício findo em 30 de setembro de 2021), capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 117.889 (R\$ 60.446 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 815.211 (R\$ 551.354 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas 13 e 14, a Companhia apresenta saldos elevados de Encargos sociais e Impostos e Parcelamentos devido a restrição de caixa.

A prerrogativa de continuidade dos negócios utilizada pela Companhia para elaboração das suas informações contábeis intermediárias depende do sucesso de implementação dos planos abaixo:

Recuperação Extrajudicial

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia e sua subsidiária Contax S.A. (Contax) ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687-91.2019.8.26.0228. O Plano contemplou unicamente os credores financeiros e não envolveu seus fornecedores e seus colaboradores.

O valor total do endividamento financeiro (denominado como “Créditos Abrangidos”) era de R\$ 1.265.541.751,63 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos).

As dívidas financeiras da ETS Participações e de suas controladas não fizeram parte do Plano.

O Plano compreendeu a emissão de novas debêntures (denominadas “7ª emissão”) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representaram as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures estão assim resumidas:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Convertível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 14 de julho de 2020 ocorreu a homologação pelo Poder Judiciário do Plano de Recuperação Extrajudicial do endividamento financeiro da Companhia e de sua controlada Contax, com efeitos em vigor, aguardando demais etapas do processo judicial para o trânsito em julgado.

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, cujas condições permitem a conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Contax.

No entanto, em 14 de agosto de 2020 foi deferido pedido de efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial a pedido de um credor.

Em 27 de outubro de 2020 foi revogado o efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial, voltando a vigorar os efeitos da referida sentença proferida em 14 de julho de 2020. Dessa forma, a Companhia retomou o processo da 7ª emissão de debêntures para cumprimento do plano de recuperação extrajudicial, com a conclusão da troca das dívidas em 03 de dezembro de 2020 (Nota 16).

Em 03 de dezembro de 2020 foi concluída a troca das dívidas, momento em que as dívidas financeiras incluídas no Plano foram desreconhecidas para dar lugar à nova dívida da 7ª emissão, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS9) Instrumentos Financeiros.

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em 1.210.987 ações ordinárias da Companhia, primeira e segunda janelas de conversões, gerando um aumento de capital de R\$ 201.992.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 15 de março de 2021, seguindo o cronograma do Plano de Recuperação extrajudicial, ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.934.

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 315.974.

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 10.687.

Até o dia 31 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de ações em capital no montante de R\$ 548.587 decorrente das janelas de conversões previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial, através da conversão da 7ª emissão de debêntures em ações, sendo que o valor total da 7ª emissão de debêntures totalizava R\$ 1.254.759.

Em 15 de março de 2022 a Companhia, em cumprimento ao plano de recuperação extrajudicial, efetuou o pagamento da 1ª parcela, sendo ela composta pela 7ª emissão de debêntures na 1ª série e remanescentes do plano que optaram pelo recebimento.

Recuperação Judicial

O procedimento de recuperação judicial é o instrumento jurídico que, ao lado do plano de recuperação extrajudicial homologado em 2020, permite o equacionamento da estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo ATMA, viabilizando o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo seus serviços para todos os segmentos de mercado em que atua. As atividades continuam sendo desempenhadas prontamente e toda a força de trabalho manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

A Companhia entende que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo ATMA e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias Contax S.A., AXIA Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do “stay period”, determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda., representada pelo Sr. Luís Claudio Montoro Mendes.

Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe - Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe - Não se aplica;
- 3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
- 4ª Classe - Fornecedores ME e EPP.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Portanto, as informações contábeis intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 14 de novembro de 2022 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

3. Principais políticas e práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação financeira intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para informações financeiras individuais e consolidadas do período intermediário.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tem como objetivo prover atualização das últimas demonstrações contábeis anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, se aplicáveis. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Base de consolidação

O quadro a seguir apresenta a relação de empresas controladas direta ou indiretamente pela ATMA para os exercícios de 2022 e 2021:

	% Participação direta ou indireta	
	2022	2021
Controladas		
Contax S.A. (1)	100%	100%
Axia Manutenção S.A. (2)	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
Atma Administração Financeira Ltda.	100%	100%

(1) Anteriormente denominada Liq Corp S.A.

(2) Anteriormente denominada Elfe Operação e Manutenção S.A.

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
- b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

Os prejuízos das empresas controladas que excedam o valor da participação são reconhecidos como provisão de passivo a descoberto.

Novas normas e interpretações, e revisões

- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso;

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 30 de setembro de 2022:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para período findo em 30 de setembro de 2022. A companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor:

- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis;
- Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual;
- Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldos bancários	4.215	25.064
Aplicações financeiras	92.740	1.844
	96.955	26.908

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem como política a alocação de disponibilidades de curto prazo em aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (100% CDI) e são concentradas em instituições financeiras de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes

5.1. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber	188.882	194.859
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(6.744)	(6.744)
	182.138	188.115

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
A faturar	98.304	101.530
A vencer	61.650	63.673
Vencidos até 30 dias	14.984	15.476
Vencidos de 31 a 60 dias	1.885	1.947
Vencidos de 61 a 90 dias	792	818
Vencidos de 91 a 180 dias	764	789
Vencidos acima de 180 dias	10.503	10.626
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa-PECLD	(6.744)	(6.744)
	182.138	188.115

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Consequentemente, as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma incerteza de que a Companhia não irá receber todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(6.744)
Constituição de PECLD	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>(6.744)</u>

5.2. Contratos em garantia

O saldo do contas a receber da controlada Axia apresenta um montante de R\$ 9.582 (R\$ 31.640 em 31 de dezembro de 2021) relativo às garantias contratuais de retenções ocorridas sobre os faturamentos de contratos de prestação de serviços com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. As retenções correspondem a até 5% do valor faturado. Esses valores têm previsão de atualização pelo INPC e serão restituídos em sua totalidade ao término de cada contrato após o cumprimento das obrigações contratuais.

6. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL a recuperar	45.860	32.778
PIS/COFINS a recuperar	28.940	17.308
INSS a recuperar	42.432	39.371
ISS a recuperar	6.793	14.768
Outros impostos	597	2.181
	<u>124.622</u>	<u>106.406</u>
Circulante	124.622	104.818
Não Circulante	-	1.588

7. Despesas antecipadas e demais ativos

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores	292	26.149
Créditos retidos por clientes (a)	48.905	48.811
Despesas antecipadas	15.850	12.161
Outros créditos	325	2.979
	<u>65.372</u>	<u>90.100</u>
Circulante	16.142	40.870
Não circulante	49.230	49.230

(a) Refere-se a valores retidos por clientes para cobrir despesas processuais de ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, onde nossos clientes figuram no polo passivo, até que ocorra o encerramento da demanda judicial. Valor está classificado no ativo não circulante.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

8. Investimentos em controladas

8.1. Movimentação dos investimentos

Controladora	% Part.	31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	30/09/2022
Ágio				
Contax		74.365	-	74.365
Investimento total		74.365	-	74.365
Obrigações				
Contax	100%	58.219	(266.615)	(208.396)
Axia Manutenção	100%	40.994	(94.293)	(53.299)
Atma Financeira	100%	(715)	(7.154)	(7.869)
Solvian Tecnologia	100%	(4.911)	(4.799)	(9.710)
Obrigações totais		93.587	(372.861)	(279.274)
Investimento e obrigações totais		167.952	(372.861)	(204.909)

8.2. Informações financeiras resumidas das controladas diretas:

	30/09/2022			
	Contax	Axia	Solvian	Atma Financeira
Ativo circulante	204.140	217.666	6.284	140
Ativo não circulante	1.554.726	215.110	10.285	416.999
Passivo circulante	788.968	327.642	6.013	2.930
Passivo não circulante	1.178.294	158.433	20.266	422.078
Patrimônio líquido	(208.396)	(53.299)	(9.710)	(7.869)
Receita líquida	404.045	150.315	3.098	-
Prejuízo do exercício	(266.615)	(94.493)	(4.807)	(7.154)

	31/12/2021			
	Contax	Axia	Solvian	Atma Financeira
Ativo circulante	220.507	165.430	9.235	6.186
Ativo não circulante	1.082.495	280.370	9.451	173.465
Passivo circulante	575.123	230.719	6.072	10.058
Passivo não circulante	669.660	176.376	17.525	170.308
Patrimônio líquido	58.219	40.994	(4.911)	(715)
Receita líquida	737.702	307.560	3.014	-
Prejuízo do exercício	(74.907)	(25.847)	2.250	(725)

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

9. Imobilizado

30/09/2022 - Consolidado

	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		3.919	-	3.919
Prédios	7,14%	7.558	(5.722)	1.836
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.826)	76
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(43.940)	4.304
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(43.468)	4.938
Máquinas e equipamentos	11,11%	47.480	(34.156)	13.324
Informática	25,00%	482.123	(481.761)	362
Veículos	20,00%	3.553	(3.533)	20
Móveis e utensílios	11,11%	165.452	(162.959)	2.493
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	309.322	(299.054)	10.268
Imobilizado Líquido		1.145.021	(1.103.480)	41.540

Consolidado

	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2021	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	30/09/2022
Terrenos		3.919	-	-	-	3.919
Prédios	7,14%	2.298	749	-	(1.211)	1.836
Equipamentos de transmissão	20,00%	181	-	-	(105)	76
Equipamentos de energia	6,67%	5.169	-	-	(865)	4.304
Equipamentos de climatização	7,69%	6.114	-	-	(1.176)	4.938
Máquinas e equipamentos	11,11%	15.538	12	(30)	(2.196)	13.324
Informática	25,00%	658	11	-	(307)	362
Veículos	20,00%	24	-	-	(4)	20
Móveis e utensílios	11,11%	4.731	13	-	(2.251)	2.493
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	15.802	397	-	(5.931)	10.268
Imobilizado Líquido		54.434	1.182	(30)	(14.046)	41.540

31/12/2021 - Consolidado

	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos		3.919	-	3.919
Prédios	7,14%	7.558	(5.260)	2.298
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.721)	181
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(43.075)	5.169
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(42.292)	6.114
Máquinas e equipamentos	11,11%	50.339	(34.801)	15.538
Informática	25,00%	482.294	(481.636)	658
Veículos	20,00%	3.611	(3.587)	24
Móveis e utensílios	11,11%	165.556	(160.825)	4.731
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	309.334	(293.532)	15.802
Imobilizado Líquido		1.145.163	(1.090.729)	54.434

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Consolidado						
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2020	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	31/12/2021
Terrenos		3.919	-	-	-	3.919
Prédios	7,14%	2.997	-	1	(700)	2.298
Equipamentos de transmissão	20,00%	325	-	2	(146)	181
Equipamentos de energia	6,67%	7.140	-	(814)	(1.157)	5.169
Equipamentos de climatização	7,69%	7.390	248	45	(1.569)	6.114
Máquinas e equipamentos	11,11%	14.510	3.892	(233)	(2.631)	15.538
Informática	25,00%	1.198	444	(275)	(709)	658
Veículos	20,00%	33	-	-	(9)	24
Móveis e utensílios	11,11%	7.308	30	474	(3.081)	4.731
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	21.703	1.566	146	(7.613)	15.802
Imobilizado Líquido		66.523	6.180	(654)	(17.615)	54.434

Análise do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de setembro de 2022 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

10. Intangível

30/09/2022 - Controladora				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	10,00%	402	(378)	24
Carteira de Clientes	20,00%	200.226	(113.729)	86.497
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	320.613
Intangível Líquido		521.241	(114.107)	407.134

Controladora						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2021	Transferência Investimentos	Baixas	Amortização	30/09/2022
Software	10,00%	251	-	(227)	-	24
Carteira de Clientes	20,00%	116.995	-	-	(30.498)	86.497
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	-	-	320.613
Intangível Líquido		437.859	-	(227)	(30.498)	407.134

30/09/2022 - Consolidado				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	10,00%	649.506	(594.537)	54.969
Carteira de Clientes	20,00%	251.442	(164.945)	86.497
Ágio s/ Investimentos		600.418	(12.124)	588.294
Intangível Líquido		1.501.366	(771.606)	729.760

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Consolidado						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	30/09/2022
Software	10,00%	77.847	-	(227)	(22.751)	54.969
Carteira de Clientes	20,00%	116.995	-	-	(30.498)	86.497
Ágio s/ Investimentos		593.055	-	(4.761)	-	588.294
Intangível Líquido		787.997	-	(4.988)	(53.249)	729.760

31/12/2021 - Controladora				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	10,00%	402	(151)	251
Carteira de Clientes	20,00%	200.226	(83.231)	116.995
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	320.613
Intangível Líquido		521.241	(83.382)	437.859

Controladora				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Software	10,00%	271	(20)	251
Carteira de Clientes	20,00%	157.658	(40.663)	116.995
Ágio s/ Investimentos		320.613	-	418.287
Intangível Líquido		478.542	(40.683)	437.859

31/12/2021 - Consolidado				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Software	10,00%	649.506	(571.559)	77.847
Carteira de Clientes	20,00%	251.442	(134.447)	116.995
Ágio s/ Investimentos		600.418	(7.363)	593.055
Intangível Líquido		1.501.366	(713.369)	787.997

Consolidado						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2020	Adições	Transferências / Baixas	Amortização	31/12/2021
Software	10,00%	105.867	621	1.913	(30.454)	77.847
Carteira de Clientes	20,00%	160.156	-	(1.913)	(41.248)	116.995
Ágio s/ Investimentos		600.418	-	(7.363)	-	593.055
Intangível Líquido		866.441	621	(7.363)	(71.702)	787.997

Análise do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 30 de setembro de 2022 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

11. Direito de Uso

	30/09/2022 - Consolidado			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Edificações	222.198	(76.147)	146.051	
Direito de uso Líquido	222.198	(76.147)	146.051	

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Transferências / Baixas	Depreciação	30/09/2022
Edificações	128.459	44.534	(10.791)	(16.151)	146.051
Direito de uso Líquido	128.459	44.534	(10.791)	(16.151)	146.051

	31/12/2021 - Consolidado			
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Edificações	191.490	(63.031)	128.459	
Direito de uso Líquido	191.490	(63.031)	128.459	

	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Transferências / Baixas	Depreciação	31/12/2021
Edificações	128.197	21.090	(490)	(20.338)	128.459
Direito de uso Líquido	128.197	21.090	(490)	(20.338)	128.459

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	2.192	2.216	264.339	166.565
	2.192	2.216	264.339	166.565
Circulante	2.192	2.216	264.339	160.764
Não circulante	-	-	-	5.801

Contemplam principalmente fornecedores de: benefícios a empregados, tecnologia da informação e manutenção de infraestrutura predial.

13. Salários, encargos sociais e benefícios

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Salários e honorários	22.650	37.559
Provisões de férias e 13º salário	55.105	65.551
Encargos sociais (a)	241.718	183.663
Outros	63.518	31.340
	382.991	318.113

- (a) As Contribuições previdenciárias, apesar de mantidas em provisão, são liquidadas mediante compensação com créditos, igualmente administrados pela RFB, quais sejam, as rubricas do sistema "S", quando estes foram quitados com base de cálculo superior a 20 salários mínimos.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

14. Tributos a recolher e parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PIS/COFINS	-	3	70.783	64.886
CPRB	-	-	120.472	113.348
ISS	-	-	45.787	65.168
Parcelamentos fiscais	27.059	160	221.595	110.766
Outros tributos a recolher	26	16.741	19.713	27.405
	27.085	16.904	478.350	381.573
 Circulante	 4.107	 16.904	 300.106	 288.255
Não circulante	22.978	-	178.244	93.318

Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos de longo prazo:

	Consolidado
2023	44.747
2024	43.300
2025	38.914
2026 em diante	94.634
Total não circulante	221.595

15. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido	8.579	8.579	157.637	157.637
Passivo fiscal diferido	(150.991)	(150.991)	(282.066)	(282.066)
Passivo fiscal diferido, líquido	(142.412)	(142.412)	(124.429)	(124.429)

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal e prejuízos fiscais, cujo saldo líquido do passivo diferido reflete principalmente o efeito fiscal sobre o ajuste da dívida financeira ao valor justo (Nota 16.1).

O saldo consolidado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 2.131.829 (R\$ 2.093.455 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Movimentação do passivo fiscal diferido, líquido

	Controladora	Consolidado
Passivo fiscal diferido, líquido - 31.12.2021	142.412	124.429
	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	142.412	124.429

15.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(430.394)	(92.149)	(430.394)	(120.640)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	146.334	31.331	146.334	41.018
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	(126.843)	(21.124)	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	-	(146.334)	(12.527)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal não constituídos	(19.491)	(10.207)	-	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	28.491
Diferido	-	-	-	28.491
À alíquota efetiva de:	-	-	-	23,62%

16. Debêntures, créditos do plano de reestruturação e empréstimos

O endividamento financeiro da Companhia e da controlada Contax foi objeto de plano de recuperação extrajudicial, o qual foi protocolado em 30 de dezembro de 2019 e homologado pelo Poder Judiciário em 14 de julho de 2020 (Nota 1.3). A homologação foi suspensa em 14 de agosto de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo ocorrido a revogação da suspensão e o retorno dos efeitos da homologação em 27 de outubro de 2020.

Nos termos do plano, foram emitidas novas debêntures (7ª emissão) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representam as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures são apresentadas no quadro adiante:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Convertível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O quadro a seguir apresenta a movimentação de troca das dívidas na data de conclusão em 03 de dezembro de 2020 (valores nominais em milhares de reais):

Empresa	Dívida	Data de Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Posição em 30/11/2020	Dação das dívidas	IRRF	Adesão	Posição em 03/12/2020
ATMA	1º Emissão - 1º série	15/12/2011	15/08/2030	CDI + 2,50%	11.814	(10.373)	(129)	(1.312)	
ATMA	1º Emissão - 2º série	15/12/2011	15/08/2030	IPCA + 7,884%	6.269	(4.566)	-	(1.703)	
ATMA	2º Emissão - 1º série	15/08/2012	15/05/2035	CDI + 2,50%	222.987	(208.484)	(14.436)	(67)	
ATMA	3º Emissão - Série única	29/08/2014	15/08/2030	CDI + 2,50%	15.299	(13.880)	-	(1.419)	
ATMA	5º Emissão - 1º série	20/03/2018	15/12/2027	CDI + 2,50%	453.902	(450.408)	(1.695)	(1.799)	
ATMA	5º Emissão - 2º série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	148.580	(148.488)	(92)	-	
ATMA	5º Emissão - 3º série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	100.575	(100.575)	-	-	
ATMA	5º Emissão - 4º série	20/03/2018	15/05/2035	CDI + 2,50%	77.352	(77.141)	-	(211)	
ATMA	ICD - Banco do Brasil	06/12/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	98.886	(98.886)	-	-	
Contax	TCD - Santander	11/07/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	135.446	-	-	(135.446)	
ATMA	7º Emissão - 1º série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					111.375
ATMA	7º Emissão - 3º série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					1.001.455
ATMA	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					332
ATMA	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					6.151
Contax	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					13.530
Contax	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					121.916
					1.271.110	-1.112.801	-16.352	-141.957	1.254.759
Total em vencimento em 2025									125.237
Total em vencimento em 2038									1.129.522

(*) Representam os credores abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial que não optaram pelas novas debêntures, contudo, aplicam-se para esse grupo de credores as mesmas condições de remuneração, vencimento, pagamento e conversibilidade previstos no plano.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

16.1. Debêntures e créditos do plano de reestruturação

A composição e movimentação das debêntures pelo valor justo em 30 de setembro de 2022 está apresentada a seguir:

Empresa	Emissão	Data de Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Controladora				
					31/12/2021	Amortização	Encargos financeiros	Ajuste a valor justo	30/09/2022
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	80.960	(5.547)	7.957	149	83.519
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	12.946	-	639	-	13.585
					93.906	(5.547)	8.596	149	97.104
				Circulante	20.132				97.104
				Não circulante	73.774				0

Empresa	Emissão	Data de Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Consolidado				
					31/12/2021	Amortização	Encargos financeiros	Ajuste a valor justo	30/09/2022
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	80.960	(5.547)	7.957	149	83.519
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	12.946	-	639	-	13.585
CONTAX	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	10.770	(684)	862	-	10.948
CONTAX	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	3.352	-	166	-	3.518
AXIA	2ª Emissão - 1ª série	04/10/2018	04/10/2022	IPCA + 12%	7.009	(2.355)	404	-	5.058
AXIA	2ª Emissão - 2ª série	30/06/2021	01/07/2024	IPCA + 12%	16.838	(1.505)	1.173	-	16.506
					131.875	(10.091)	11.201	149	133.134
				Circulante	46.658				133.134
				Não circulante	85.217				0

Conforme previsto nas séries da 7ª emissão, ocorreram em 2021 as seguintes conversões de debêntures em ações ordinárias, e respectivos aumentos de capital, líquidos de IRRF:

Data da conversão	Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital
15 de março de 2021	7ª Emissão - 1ª Série	330.119	1.978	333
	7ª Emissão - 3ª Série	19.546.931	116.564	19.601
		19.877.050	118.542	19.934
15 de junho de 2021	7ª Emissão - 3ª Série	314.307.149	1.860.970	315.974
		314.307.149	1.860.970	315.974
15 de dezembro de 2021	7ª Emissão - 3ª Série	10.594.844	60.914	10.687
		10.594.844	60.914	10.687
Total	7ª Emissão - 1ª Série	330.119	1.978	333
	7ª Emissão - 3ª Série	344.448.924	2.099.362	346.262

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O quadro a seguir apresenta as informações do valor justo e do valor nominal consolidado das debêntures em 30 de setembro de 2022, que contempla a 7ª emissão, os créditos do plano e as debêntures da controlada Axia:

	Consolidado 30/09/2022			
	7ª emissão ATMA	Créditos do plano Contax	2ª emissão Axia	Total
Valor justo	97.104	14.466	21.564	133.134
Valor nominal	587.904	138.697	21.564	748.165

O valor justo das debêntures é uma estimativa dos seus fluxos de pagamento descontados a valor presente pela curva de juros CDIXPré + spread de risco de crédito.

O cronograma de vencimento das debêntures e créditos do plano está apresentado a seguir:

	Consolidado 30/09/2022					Total
	2022	2023	2024	2025	2038	
Valor justo	29.440	35.320	29.824	23.055	15.495	133.134
Valor nominal	22.613	31.701	40.455	48.554	604.482	748.165

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A escritura das debêntures da 7ª emissão da Companhia (ATMA) e os Créditos do plano (Contax) contemplam obrigações de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados nos trimestres encerrados em junho e dezembro. Adicionalmente, a escritura prevê que o descumprimento somente estará caracterizado desde que os índices exigidos deixem de ser observados por 2 (duas) apurações consecutivas ou 3 (três) alternadas.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 7ª emissão e nos Créditos do plano são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA ex-contingências	Igual ou inferior a 2,50
EBITDA ex-contingências / Despesas financeiras, líquidas	Igual ou superior a 2,00

A escritura das debêntures da 2ª emissão de sua controlada AXIA contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados anualmente ao final de cada exercício. Os índices são avaliados pela Emissora e/ou da Controladora do grupo econômico da Emissora.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Os índices previstos na escritura das debêntures da 2ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a:	
2018	Igual ou superior a 3,2
2019	Igual ou superior a 3,0
2020	Igual ou superior a 2,5
Após 2021	Igual ou superior a 2,0

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia não atingiu os índices devido ao processo de Recuperação Judicial e reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$ 76.440 mil na controladora e R\$ 88.227 mil no consolidado.

16.2. Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2022 está apresentada a seguir:

							Consolidado
Devedor / Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2021	Captações	Amortizações	Encargos financeiros	30/09/2022
ATMA							
CCB Sindicalizada (*)	2022	160% CDI	5.383	-	-	-	5.383
CCB	2022	1,46% a.m.	9.517	-	(6.428)	678	3.767
CONTAX							
ICD Société	2021	CDI+1,25 a.a.	440	-	(440)	-	-
FIDC São Carlos	2022	CDI + 5% a.a.	-	20.000	(9.260)	2	10.742
FIDC	2023	10,70% a.m.	-	4.957	(2.278)	1.742	4.421
AXIA							
Progridir – Petrobrás	2023	2,19% a.m.	39.440	35.011	(53.511)	19.849	40.789
ATMF							
Daycoval	2022	2,43% a.m.	-	2.523	(1.084)	110	1.549
			54.780	62.491	(73.001)	22.381	66.651
Circulante			47.749				66.651
Não circulante			7.031				0

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

	Consolidado		
	2022	2023	30/09/2022 Total
Cronograma de vencimentos	41.973	24.678	66.651

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

17. Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais das controladas e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. A taxa de desconto vigente utilizada para cálculo do valor presente é de 16,17% anual em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato. Segue quadro com a movimentação em 30 de setembro de 2022:

Objeto do arrendamento	Consolidado				Juros incorridos	30/09/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	Pagamentos		
Edificações	146.251	44.534	(10.791)	(33.625)	17.975	164.344
Circulante	38.110					42.226
Não Circulante	108.141					122.118

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Consolidado	30/09/2022
2022	39.948
2023	41.629
2024	44.210
Acima de 3 anos	197.675
Ajuste a valor presente	(159.118)
	164.344

18. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As ações são classificadas conforme a avaliação de probabilidade de perda dos processos entre os riscos de perda “provável”, “possível” ou “remota”. A provisão é registrada para processos com probabilidade de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Natureza	Consolidado					
	Provável Com provisão		Possível Sem provisão		Depósitos judiciais	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	31.12.2021
Tributários	111.040	111.040	639.829	641.933	(66.922)	(197.219)
Trabalhistas	80.828	103.537	12.665	12.315	(140.339)	(152.949)
Cíveis	134	134	50.348	64.265	-	(835)
	192.002	214.711	702.842	718.513	(207.261)	(351.003)

A movimentação de depósitos judiciais para o período findo em 30 de setembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Baixas	Atualização monetária	30.09.2022
Tributários	197.219	-	(129.185)	(1.112)	66.922
Trabalhistas	152.949	-	(11.308)	(1.302)	140.339
Cíveis	835	-	(835)	-	-
Total	351.003	-	(141.328)	(2.414)	207.261

18.1. Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões para o período findo em 30 de setembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Baixas / Reversões	Atualização monetária	30/09/2022
Tributários	111.040	-	-	-	111.040
Trabalhistas	103.537	5.147	(27.856)	-	80.828
Cíveis	134	-	-	-	134
Total	214.711	5.147	(27.856)	-	192.002

Natureza	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Baixas / Reversões	Atualização monetária	31/12/2021
Tributários	104.482	12.347	(6.097)	308	111.040
Trabalhistas	167.529	35.718	(99.710)	-	103.537
Cíveis	2.534	-	(2.447)	47	134
Total	274.545	48.065	(108.254)	355	214.711

18.1.1 Tributários

As contingências de natureza tributária com risco provável referem-se principalmente à discussão sobre a inconstitucionalidade/ilegalidade do multiplicador FAP (Fator Acidentário de Prevenção) aplicado sobre o RAT na controlada Contax.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

FAP (Fator Acidentário de Prevenção)

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bônus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho.

A Contax está questionando judicialmente a aplicação do multiplicador FAP, considerando que há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e a metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil com relação ao cálculo.

Em 11 de fevereiro de 2010 foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante correspondente ao multiplicador do FAP.

Em setembro de 2015 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.327/2015 que alterou a sistemática de apuração do encargo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa.

Em 25 de abril de 2017 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.329/2017 que excluiu o cômputo dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, o que resultou há época em uma reversão no saldo da provisão no montante de R\$ 22.156.

Em setembro de 2019 foi proferida sentença indeferindo o pedido de prova pericial e julgando improcedentes os pedidos. A Contax interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento.

Em 03 de agosto de 2022 a Companhia realizou a substituição do depósito judicial no valor de R\$ 129.185 pelo seguro garantia.

18.1.2 Trabalhistas

As controladas da Companhia possuem diversos processos trabalhistas onde as principais discussões estão relacionadas às horas extras e remuneração variável. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução tanto do estoque de processos ativos como na quantidade de processos entrantes. A quantidade consolidada de processos trabalhistas ativos em 30 de setembro de 2022 é de 14.551 (10.283 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de setembro de 2022, o valor consolidado das provisões trabalhistas contabilizadas é de R\$ 80.828 (R\$ 103.537 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Em 2019 a controlada Contax obteve o deferimento de Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que compreende o Estado do Rio de Janeiro. O plano estabelece que todas as demandas ajuizadas até a referida data nas comarcas daquele Estado, e cujos valores de execução sejam superiores a R\$ 20 (vinte mil reais) somente serão liquidados através deste plano, o qual tem prazo de vigência de 72 meses, período pelo qual a Contax depositará valores mensais em conta judicial do Tribunal para ser aplicado na execução dos processos trabalhistas. O plano garante previsibilidade financeira, centraliza a execução em foro único, bem como suspende e evita penhoras e ordens de bloqueio de crédito em face da Companhia (nota 19).

18.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que, em sua grande maioria, envolvem discussões contratuais. Em 30 de setembro de 2022, o valor das provisões cíveis contabilizadas é de R\$ 134 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2021).

18.2. Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível com avaliações de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências classificadas com probabilidade de perda possível estão apresentadas a seguir:

18.2.1 Tributário e previdenciário

As controladas Contax e Axia possuem processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos, tais como indeferimento de compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, PIS/COFINS sobre receita financeira, indeferimento de compensação com créditos de PIS/COFINS, Imposto sobre Serviços (ISS), incidência de FGTS sobre valores pagos a funcionários e Contribuição Previdenciária, que, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível.

- Em dezembro de 2013, a Contax foi autuada pelo fisco Municipal por entender que o recolhimento das alíquotas de ISS aplicáveis era de 5% (*serviços de cobrança*) e não de 2% (*serviços de telemarketing*), nos períodos entre dezembro/2008 e junho/2013, no valor aproximado de R\$ 30 milhões.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

Adicionalmente, a fiscalização municipal também glosou parte dos abatimentos realizados pela Contax a título de doações para incentivos culturais (benefício fiscal concedido pelo Município), sob a alegação de falta de comprovação dos depósitos efetuados em favor dos produtores das atividades incentivadas. O auto de infração foi julgado procedente e a companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em dezembro/2016.

A companhia ajuizou a ação anulatória de débito fiscal na qual obteve tutela em setembro de 2017, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Em 18 de novembro de 2019 o Juiz nomeou o perito para realização da prova pericial contábil.

- Em abril de 2014, a companhia entrou com ação anulatória para cancelar autuação de FGTS sobre os pagamentos em dinheiro a título de vale-transporte. O processo teve sentença favorável em outubro de 2015, a qual foi revertida em 2ª instância no 4º trimestre de 2019, no valor aproximado de R\$ 72 milhões.
- Em 2020, a companhia recebeu a lavratura do auto de infração exigindo a contribuição adicional para custeio de aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de segurados empregados ao agente nocivo ruído com relação ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, no valor aproximado de R\$ 104 milhões.
- A companhia apresentou impugnação, o julgamento foi convertido em diligência em novembro de 2020.
- Em dezembro de 2020, a controlada Axia recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal (“CPP”) incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre jan/2016 a jul/2018, no valor aproximado de R\$ 65 milhões.

Apresentada manifestação de inconformidade no prazo legal, que aguarda julgamento, sem atualização até o momento.

RAT (Risco ambiental do trabalho)

A contribuição previdenciária sobre o RAT, incidente sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%) correspondentes a cada tipo de risco (baixo, médio e grave, respectivamente), devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidente ou doença do trabalho a que são expostos os empregados de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus empregados, os quais podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco efetivo de seus empregados, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017, a Companhia, amparada por seus assessores jurídicos e respaldada por opiniões técnicas de especialistas renomados no mercado, retificou o seu enquadramento em 2017 e 2018, passando a aplicar a alíquota que concretamente refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, requerendo, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

Em março de 2019, considerando os argumentos acima, a Companhia ajuizou ação judicial requerendo a aplicação da alíquota de 1% para o RAT somente a partir da data de ajuizamento da ação. A liminar foi deferida suspendendo a exigibilidade do RAT no que exceder à alíquota de 1%. A União interpôs agravo de instrumento contra a liminar, e em 06 de junho de 2019 o tribunal atribuiu efeito suspensivo ao agravo, suspendendo os efeitos da liminar anteriormente concedida. A Companhia recorreu da decisão e aguarda o julgamento desse recurso contra a decisão que suspendeu a liminar, sem atualização até o momento.

18.2.2 Trabalhista

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores com avaliação de perda possível, o qual foi mensurado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, também são classificadas como perda possível, o montante de R\$ 12.665, em 30 de setembro de 2022 (R\$ 12.315 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

18.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de obrigações contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível.

19 Demais obrigações

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Outras obrigações	55.203	55.899
	55.203	55.899
Circulante	55.203	44.056
Não circulante	-	11.843

Outras obrigações se devem a valores da controlada Contax referentes ao Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que compreende o Estado do Rio de Janeiro.

20 Transações e saldos com Partes Relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivo não circulante	Natureza				
Contax S.A.	Mútuo (a)	180.035	171.676	-	-
Axia	Mútuo (a)	11.936	(1.077)	-	-
Atma Financeira	Mútuo (a)	1.698	4.766	-	-
Cotistas FIP Nilai	Mútuo (b)	3.719	3.115	3.719	3.115
		197.388	178.480	3.719	3.115

- a) Valores relativos ao contrato de mútuo para cobertura dos gastos da Holding;
- b) Saldo referente à (i) contrato de mútuo realizado em 03 de maio de 2019 com a empresa Axia, com remuneração a 130% do CDI, no valor de R\$2.035, e (ii) indenização a liquidar no valor de R\$1.080.

20.1 Avais concedidos

Em 30 de setembro de 2022 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

20.2 Remuneração dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores estatutários)

O total da despesa com remuneração e benefícios à Administração é apresentado a seguir para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e 2021:

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Salários/Honorários	3.067	3.192
Encargos (INSS)	138	211
Benefícios	102	127
	<u>3.307</u>	<u>3.530</u>

O valor da remuneração total da Administração para o exercício de 2022 é de R\$ 6.485, conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

Em 30 de setembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 1.419.403 (R\$ 1.419.403 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 26.710.356 ações ordinárias (26.710.356 em 31 de dezembro de 2021), escriturais e sem valor nominal.

21.2 Aumento de Capital

Em 15 de março de 2021 ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 19.934 com a emissão de 118.542 ações ordinárias (Nota 16.1).

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 315.974 com a emissão de 1.860.970 ações ordinárias (Nota 16.1).

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 10.687 com a emissão de 60.914 ações ordinárias (Nota 16.1).

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

21.3 Ações - composição e movimentação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Acionistas	30/09/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
FIP Nilai	18.972.963	71,03	19.337.299	72,39
Demais acionistas	7.735.189	28,96	7.370.853	27,60
Total de ações ordinárias em circulação	26.708.152	99,99	26.708.152	99,99
Ações em tesouraria	2.204	0,01	2.204	0,01
Total de ações ordinárias	26.710.356	100%	26.710.356	100%

Movimentação de ações em circulação

	Quantidade de ações	
	30/09/2022	31/12/2021
Ações ordinárias em circulação	26.708.152	24.667.726
Aumento de capital - conversão de debêntures	-	2.040.426
Ações ordinárias em circulação	26.708.152	26.708.152

Em 1º de julho de 2020 a Companhia obteve aprovação da Bolsa de Valores B3 para Tratamento Excepcional quanto ao percentual mínimo de ações em circulação (*“free float”*). O prazo concedido pela B3 para recomposição do *free float* foi até agosto/2021, o qual foi cumprido pela companhia em junho/2021.

21.4 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social;
- (ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

- (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.

O saldo de dividendos a pagar em 30 de setembro de 2022 no passivo não circulante no valor de R\$ 13.198 se refere ao saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e que foram suspensos pelas Assembleias Gerais da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016 devido à modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

22 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita operacional bruta	635.902	901.179	167.745	292.914
Tributos sobre as receitas				
Pis/Cofins	(31.919)	(44.394)	(7.110)	(14.245)
CPRB	(22.082)	(30.651)	(6.131)	(9.945)
ISS	(17.262)	(27.717)	(3.639)	(8.803)
ICMS	1.473	(10.517)	1.622	(2.273)
Abatimentos da receita	(8.655)	-	(1.474)	-
Receita operacional líquida	557.457	787.900	151.013	257.648

23 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

23.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Salários, encargos e benefícios a empregados	(519.873)	(610.234)	(140.253)	(187.774)
Infraestrutura e serviços	(37.605)	(68.871)	1.641	(22.485)
Materiais	(2.835)	(13.618)	(1.415)	(6.455)
Depreciação e amortização	(38.426)	(40.630)	(16.490)	(18.578)
	(598.739)	(733.353)	(156.517)	(235.292)

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

23.2 Despesas Gerais e administrativas

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Salários, encargos e benefícios a empregados	(10.060)	(31.455)	(5.384)	(13.238)
Serviços de terceiros	(56.817)	(27.930)	(23.447)	(9.481)
Materiais	(1.440)	(520)	(1.050)	(272)
Depreciação e amortização	(14.523)	(14.285)	(1.400)	(833)
Outras despesas	-	(73)	-	(73)
	(82.840)	(74.263)	(31.281)	(23.897)

24 Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas

	Controladora			
	Período de nove meses findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas				
Contencioso judicial, líquido de provisões e reversões	(2)	116	(2)	4
Amortização de Intangível - Carteira de Clientes	(30.498)	(21.066)	(10.166)	(7.022)
Atualização de passivos	-	-	-	-
Outras	(1.468)	(91)	(398)	-
	(31.968)	(21.041)	(10.566)	(7.018)
	(31.968)	(21.041)	(10.566)	(7.018)
	Consolidado			
	Período de nove meses findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas				
Despesas recuperadas	-	28.953	-	18.977
Outras	-	41	-	41
		28.994		19.018
Despesas				
Contencioso judicial, líquido de provisões e reversões	(33.883)	(19.417)	(956)	(15.701)
Amortização de Intangível - Carteira de Clientes	(30.498)	(33.681)	(10.166)	(11.227)
Baixa ágio	(4.761)	-	-	-
Atualização de passivos	(103.345)	-	-	-
Outras	(18.422)	(5.432)	(13.209)	(5.007)
	(190.909)	(58.530)	(24.331)	(31.935)
	(190.909)	(29.536)	(24.331)	(12.917)

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

25 Receitas (despesas) financeiras líquidas

25.1 Receitas financeiras

		Controladora			
		Período de nove meses findos em		Trimestre findo em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras:					
Rendimento de aplicações financeiras		-	-	-	-
Juros e atualizações financeiras de ativos		-	152	-	-
		<u>-</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		Consolidado			
		Período de nove meses findos em		Trimestre findo em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas financeiras:					
Rendimento de aplicações financeiras		1.241	15	1.183	-
Juros e atualizações financeiras de ativos		5.392	2.409	764	-
		<u>6.633</u>	<u>2.424</u>	<u>1.947</u>	<u>-</u>

25.2 Despesas financeiras

		Controladora			
		Período de nove meses findos em		Trimestre findo em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas financeiras:					
Juros sobre debêntures (Nota 16.1)		(8.596)	(8.414)	-	(2.801)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16.2)		(678)	(518)	(213)	(27)
Juros e atualizações financeiras de passivos		(9.905)	(117)	(9.853)	-
Outras despesas financeiras		(1.860)	1.269	(1.782)	1.354
		<u>(21.039)</u>	<u>(7.780)</u>	<u>(11.848)</u>	<u>(1.474)</u>
		Consolidado			
		Período de nove meses findos em		Trimestre findo em	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas financeiras:					
Juros sobre debêntures (Nota 16.1)		(11.201)	(11.747)	149	(4.044)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16.2)		(22.381)	(20.535)	(6.582)	(4.314)
Juros e atualização monetária de contingências (Nota 18)		-	(653)	-	(345)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)		(17.975)	(15.854)	(6.329)	(5.175)
Juros e atualizações financeiras de passivos		(36.004)	(10.120)	(16.218)	835
Outras Despesas Financeiras		(34.435)	(14.903)	(23.207)	(1.894)
		<u>(121.996)</u>	<u>(73.812)</u>	<u>(52.187)</u>	<u>(14.937)</u>

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

26 Resultado por ação

	Controladora e Consolidado			
	Período de nove meses findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Prejuízo do período	(430.394)	(92.149)	(111.356)	(19.096)
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	26.708.152	26.649.442	26.708.152	26.649.442
Prejuízo por ação:				
Básico - em R\$	(16,1147)	(3,4578)	(4,1694)	(0,7166)
Diluído - em R\$	(16,1147)	(3,4578)	(4,1694)	(0,7166)

27 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais; com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atendimento a clientes” e “Manutenção”.

Resultados por segmentos de negócios Período de 9 meses findo em	Atendimento a clientes		Manutenção	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas				
Receita operacional bruta	451.184	617.086	184.718	284.093
Tributos e deduções sobre as receitas	(44.042)	(58.004)	(34.403)	(55.275)
Receita operacional líquida	407.142	559.082	150.315	228.818
Custos				
Salários, encargos e benefícios a empregados	(387.133)	(441.874)	(132.740)	(168.360)
Infraestrutura e serviços	(26.808)	(42.509)	(10.797)	(26.362)
Materiais	(139)	(7.320)	(2.696)	(6.298)
Depreciação e amortização	(35.324)	(38.001)	(3.102)	(2.629)
Total dos custos	(449.404)	(529.704)	(149.335)	(203.649)
Despesas				
Salários, encargos e benefícios a empregados	(8.850)	(20.392)	(1.210)	(11.063)
Serviços de terceiros	(47.039)	(12.353)	(9.778)	(15.577)
Materiais	(1.320)	(18)	(120)	(575)
Depreciação e amortização	(13.581)	(12.884)	(942)	(1.401)
Total das despesas	(70.790)	(45.647)	(12.050)	(28.616)
Resultado operacional	(113.052)	(16.269)	(11.070)	(3.447)

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

	Controladora			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	352	352	8	8
Depósitos judiciais	16.561	16.561	17.146	17.146
Passivos				
Fornecedores	(2.192)	(2.192)	(2.216)	(2.216)
Debêntures	(97.104)	(97.104)	(93.906)	(93.906)
Empréstimos e financiamentos	(9.150)	(9.150)	(5.383)	(5.383)
Partes relacionadas	(197.388)	(197.388)	(187.997)	(187.997)
Demais obrigações	(4.848)	(4.848)	(5.014)	(5.014)
	(293.769)	(293.769)	(277.362)	(277.362)
	Consolidado			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	96.955	96.955	26.908	26.908
Contas a receber	182.138	182.138	188.115	188.115
Contratos em garantia	9.582	9.582	31.640	31.640
Depósitos judiciais	207.261	207.261	351.003	351.003
Demais ativos	65.372	65.372	90.100	90.100
Passivos				
Fornecedores	(264.339)	(264.339)	(166.565)	(166.565)
Debêntures	(133.134)	(133.134)	(131.875)	(131.875)
Empréstimos e financiamentos	(66.651)	(66.651)	(54.780)	(54.780)
Passivo de arrendamento	(164.344)	(164.344)	(146.251)	(146.251)
Partes relacionadas	(3.719)	(3.719)	(3.115)	(3.115)
Demais obrigações	(55.203)	(55.203)	(55.899)	(55.899)
	(126.082)	(126.082)	129.281	129.281

28.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

28.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada.

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras de primeira linha.

28.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 30 de setembro de 2022:

Controladora						
30/09/2022						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	352		2,85%	362	365	367
Empréstimos	(9.150)	Aumento CDI	2,85%	(9.411)	(9.476)	(9.541)
Debêntures	(97.104)	Aumento CDI	2,85%	(99.871)	(100.563)	(101.255)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(3.018)	(3.773)	(4.542)
Consolidado						
30/09/2022						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	96.955		2,85%	99.719	100.410	101.101
Empréstimos	(66.651)	Aumento CDI	2,85%	(68.551)	(69.025)	(69.500)
Debêntures	(133.134)	Aumento CDI	2,85%	(136.928)	(137.877)	(138.825)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(2.931)	(3.663)	(4.396)

Notas explicativas da Administração sobre as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma).

28.4 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

Controladora				
30/09/2022		31/12/2021		
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	352	352	8	8
Depósitos judiciais	16.561	16.561	17.146	17.146
Passivos				
Fornecedores	(2.192)	(2.192)	(2.216)	(2.216)
Debêntures	(97.104)	(97.104)	(93.906)	(93.906)
Empréstimos e financiamentos	(9.150)	(9.150)	(5.383)	(5.383)
Partes relacionadas	(197.388)	(197.388)	(187.997)	(187.997)
Demais obrigações	(4.848)	(4.848)	(5.014)	(5.014)
	(293.769)	(293.769)	(277.362)	(277.362)
Consolidado				
30/09/2022		31/12/2021		
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	96.955	96.955	26.908	26.908
Contas a receber	182.138	182.138	188.115	188.115
Contratos em garantia	9.582	9.582	31.640	31.640
Depósitos judiciais	207.261	207.261	351.003	351.003
Demais ativos	65.372	65.372	90.100	90.100
Passivos				
Fornecedores	(264.339)	(264.339)	(166.565)	(166.565)
Debêntures	(133.134)	(133.134)	(131.875)	(131.875)
Empréstimos e financiamentos	(66.651)	(66.651)	(54.780)	(54.780)
Passivo de arrendamento	(164.344)	(164.344)	(146.251)	(146.251)
Partes relacionadas	(3.719)	(3.719)	(3.115)	(3.115)
Demais obrigações	(55.203)	(55.203)	(55.899)	(55.899)
	(126.082)	(126.082)	129.281	129.281

28.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM no 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.

Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- **Nível 3** – instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

Com base nessa conceituação, o valor justo das debêntures foi definido através do cálculo de fluxos de caixa descontados, considerando taxas referenciais da B3 de swap Pré x CDI e de Pré x TR, sendo classificado na categoria nível 2.